



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

N^{os} 52 e 53
Novembro/Dezembro – 2004

S U M Á R I O

- 2 *A crise da Bolívia e os interesses brasileiros*
Pio Penna Filho
- 4 *A proteção internacional do direitos humanos e a Reforma do Poder Judiciário no Brasil*
Aldo de Campos Costa
- 6 *A China e seu Projeto para o Século XXI – A dimensão cultural*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 9 *Brasil: Fome Zero mundial*
Virgílio Arraes
- 12 *O Brasil, a América do Sul, e o mundo*
Janina Onuki
- 14 *Brasil e China: a mudança para a economia de mercado, e agora?*
Renato Silva Cardoso
- 16 *A questão de Taiwan e o interesse para o Brasil (II)*
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 19 *Dois anos da Política Externa de Lula*
José Flávio Sombra Saraiva
- 21 *A encruzilhada sul-americana: integração regional e inserção global*
Thiago Gehre
- 24 *Brasil e China: parceria promissora*
Virgílio Arraes

Brasil e China: parceria promissora

Virgílio Arraes*

A partir dos anos 70, três sucessivas ondas asiáticas de desenvolvimento destacaram-se no mundo capitalista: o Japão, os chamados Tigres Asiáticos – Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Formosa – e, por fim, a China, a despeito de ser ainda formalmente um Estado comunista. De todos eles, o mais preservado em relação a recentes turbulências financeiras internacionais tem sido a última, transformada em uma robusta plataforma de exportação, ao atrair maciçamente investimentos do Ocidente, em especial dos Estados Unidos (EUA).

Historicamente, a opção por um regime que conjugasse características tanto do socialismo bem como do capitalismo decorre do fim da década de 70, como uma alternativa dentro do campo bipolar da Guerra Fria para não incorrer no mesmo processo de desenvolvimento da União Soviética (URSS), que demonstrava os seus primeiros sinais de estagnação, não obstante a oportunidade propiciada pelo aumento dos preços do petróleo e gás. A saída soviética foi a opção bonapartista, ou seja, a ação militar externa – no caso, a contenção do fundamentalismo afegão – a fim de forjar um consenso interno, ao minimizar ou mesmo anular por algum tempo críticas – e conseqüentemente tentativas de reformas – ao funcionamento do seu sistema sócio-político.

A sua opção, no curto prazo, revelar-se-ia positiva, ao possibilitar-lhe a recomposição de seu território original sem a utilização de recursos militares. Assim, reincorporaria Hong Kong (1997) da Grã-Bretanha e Macau (1999) de Portugal, restando-lhe apenas Formosa, considerada como uma questão interna, a fim de evitar transtornos diplomáticos com outros países, notadamente os Estados Unidos. Destarte, consolidar-se-ia a seguinte postura política: uma nação, dois sistemas. No entanto, registre-se a

existência de tensões geopolíticas como as do Tibete e Turquestão Oriental (Xinjiang) por motivos religiosos.

O processo de desenvolvimento industrial do país conjuga duas formas de atuação: o estabelecimento de zonas econômicas especiais, situadas na costa, por meio das quais se procuraria atrair investimentos externos, que seriam, primordialmente, voltados para setores de exportação e não de infra-estrutura, com vistas a não pressionar o balanço de pagamentos e, simultaneamente, o deslocamento de mão-de-obra agrícola (65% do total) para as regiões recém-industrializadas, a fim de amenizar desequilíbrios salariais e desemprego. O destino maior dos dólares recebidos é a troca por títulos públicos norte-americanos, que se tornam suas reservas.

Ademais, por meio da valorização de laços étnicos/culturais com seus emigrantes e descendentes – estimados em cerca de 50 milhões –, a China espria sua presença diplomática e financeira principalmente no Sudeste Asiático, onde não é incomum seus naturais alçarem-se à elite sócio-política dos países em que se estabelecem. O resultado desde o último decênio do século passado sinaliza um crescimento sempre acima de 7,5%, o que possibilita dobrar o seu produto interno bruto a cada dez anos, de forma que, nas duas ou três décadas vindouras, a China poder-se-ia tornar a segunda economia mundial.

Desta forma, cresce naturalmente sua importância para a América do Sul, especialmente para o MERCOSUL, exportador significativo de produtos primários. Em decorrência da variação do dólar, a China intensifica a diversificação de suas aplicações resultantes do investimento externo, de forma que ela mesma se torne uma grande investidora potencial em determinados segmentos.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e doutorando em História das Relações Internacionais na mesma universidade.

O mercado chinês é sobremaneira expressivo para as exportações brasileiras – atrás apenas dos Estados Unidos e Argentina. Deste modo, para o Brasil, o estreitamento das relações comerciais significa a captação de recursos para setores exportadores importantes como a soja – a China considera o país fornecedor fundamental para garantir sua segurança alimentar – e minério de ferro – por causa do seu ritmo de crescimento avassalador na construção civil, a China responde por 1/3 do consumo mundial de aço. Nesse sentido, o governo chinês pretende investir na recuperação e ampliação de ferrovias e portos, por exemplo.

Como contrapartida a seus possíveis investimentos, a China solicitou ao Brasil o seu reconhecimento como

economia de mercado, no que seria de pronto atendida. Com a mudança simbólica do status, visto que só se efetivaria após o reconhecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), ela acena, de modo duradouro, com a possibilidade de maior abertura de seu mercado ao Brasil como recompensa pela iniciativa pioneira. De início, à guisa de boa vontade, a China amplia o espaço comercial ao setor alimentício – carne de boi e frango – e aéreo.

Quais as expectativas brasileiras? Em face do progressivo esforço de instituir um perfil exportador amparado no setor primário – como forma de inserção no atual cenário internacional – o Brasil aguarda dobrar até 2007 o volume do comércio com o Estado chinês – atualmente em 10 bilhões de dólares.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br